

Recebido em: 17-06-2021

Aceito em: 22-06-2022

## Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Franciéle Carneiro Garcês da Silva<sup>1</sup>  
Dirnéle Carneiro Garcez<sup>2</sup>  
Rubens Alves da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo parte da seguinte pergunta: *Como o epistemicídio do conhecimento negro é operado na esfera epistêmica e educacional bibliotecária?* O objetivo é abordar a construção do epistemicídio do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), especialmente, na esfera epistêmica e ensino bibliotecário. Parte dessa abordagem para evidenciar estratégias que promovam a diversidade epistêmica nas esferas citadas. Trata-se de um estudo teórico, de cunho bibliográfico e documental, construído de recursos informacionais presentes na literatura científica do campo biblioteconômico-informacional e outras áreas do conhecimento. A fundamentação teórica está estruturada articulando conceitos como epistemicídio, injustiças epistêmicas e conhecimento em BCI. Por fim, o estudo apresenta quatro estratégias de promoção da diversidade epistêmica no campo biblioteconômico-informacional.

**Palavras-chave:** Injustiça epistêmica; Epistemicídio; Diversidade Epistêmica; Epistemologia; Educação bibliotecária.

### 1 INTRODUÇÃO

Como o epistemicídio do conhecimento negro é operado na esfera epistêmica e educacional bibliotecária? Esta é a pergunta que direciona este artigo. Nesse sentido, o objetivo se constrói na reflexão sobre o epistemicídio do conhecimento negro no campo biblioteconômico-informacional, especificamente na esfera epistêmica e ensino bibliotecário; em seguida, argumentamos pela desconstrução desse

<sup>1</sup> Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC). Doutoranda no Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciência da Informação (IBICT/UFRRJ). Bacharela em Biblioteconomia (UDESC). Representante discente ANCIB - Gestão Plural (2020-2022). Idealizadora e gestora do Quilombo Intelectual. Coordenadora do Selo Nyota e do Grupo de Trabalho Relações Étnico-raciais e Decolonialidades, vinculado à FEBAB. Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa *Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O<sup>2</sup>S<sup>2</sup>.sat)*. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI) e do Núcleo de Estudos sobre Performance, Patrimônio e Mediações Culturais (NEPPaMCs). Bolsista CAPES de Desenvolvimento Social (CAPES-DS).

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN-UFSC). Mestra em Ciência da Informação (PPGCIN/UFSC). Bacharela em Administração pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI. Integrante do Grupo de Pesquisa *Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O<sup>2</sup>S<sup>2</sup>.sat)* e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI). Bolsista CAPES de Desenvolvimento Social (CAPES-DS).

<sup>3</sup> Antropólogo e Professor da Escola de Ciência da Informação, na Universidade Federal de Minas Gerais. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Coordenador do NEPPaMCs - Núcleo de Estudos sobre Performance, Patrimônio e Mediações Culturais da UFMG.



paradigma epistemicida para migrar em direção à equidade, inclusão, justiça e diversidade epistêmica em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI).

O conhecimento refletido *por* e elaborado *pela* população negra ainda se encontra envolto pelas lacunas presentes nos estudos históricos e epistemológicos sobre ensino, atuação e biblioteca em BCI. Apesar do pioneirismo e robusta produção intelectual e científica de teóricos internacionais, como E. J. Josey, Clara Stanton Jones, Jessie Carney Smith, Eliza Atkins Gleason, e de nacionais, como Miriam Albuquerque de Aquino, Joselina da Silva, Ana Virginia Pinheiro, Maria Aparecida Moura e outros da contemporaneidade, a construção e promoção dos saberes e conhecimentos negros são influenciadas pelos silenciamentos, epistemicídio e injustiças informacionais.

A história brasileira remete a um contexto social e epistêmico demarcado pela colonialidade dos corpos, mentes e saberes, via processos de dominação, exploração, ausências e morte. Tal cenário se apresenta em todas as esferas que compõem a sociedade brasileira, dentre elas, a universidade, a biblioteca e a atuação profissional. Nesses espaços, a história, memória, contribuição e representatividade de povos negros são diuturnamente excluídos, negligenciados e tornados ausentes mesmo quando existem (CARDOSO, 2015; SILVA, 2020).

Daniella Pizarro (2017) enfatiza que educar para a prática bibliotecária perpassa por englobar as dimensões técnica, estética, ética e política como elementos direcionadores do ensino-aprendizagem. Nesse sentido, todo o agir do profissional que preceda a técnica ou a prática é uma atividade ético-política. Entretanto, quando nos voltamos para analisar o histórico do ensino em Biblioteconomia apresentado por pesquisadores brasileiros como César Augusto Castro, Francisco das Chagas de Souza, Daniella Camara Pizarro, esses demonstram o princípio da ausência (KILOMBA, 2020) – quando algo que existe é tornado invisível ou tratado como se não existisse – atuando sobre o conhecimento negro nos cursos de graduação na área. Os cursos se abstiveram voluntaria ou involuntariamente de incluir temas relacionados às Humanidades (justiça social, justiça racial, justiça de gênero, justiça informacional, questões étnico-raciais, e de sexualidades) na formação bibliotecária brasileira. Tal cenário pode estar atrelado à defesa de uma suposta neutralidade epistêmica e profissional ainda presente na Biblioteconomia brasileira, a qual é usada como justificativa para a propagação de injustiças informacionais e epistêmicas sobre populações negras (e outras historicamente invisibilizadas) dentro dos cursos de graduação e pós-graduação, o que se refletirá na posterior atuação bibliotecária e produção intelectual. Ainda, compreendemos que no contexto brasileiro, o *racismo* é estrutural e estruturador das relações sociais, profissionais e afetivas. O racismo está “normalizado” nas estruturas sociais e nas relações entre os sujeitos devido à efetividade dos elementos de poder criados pelos grupos dominantes,

tais como o mito da democracia racial, a ideologia do branqueamento, capitalismo racial e a falácia da meritocracia; elementos que, somados, tornam difícil o desenvolvimento de identidades políticas, sociais e históricas positivadas, haja vista o racismo e a suposta inferioridade racial ainda atribuída a povos de origem africana e indígena no contexto brasileiro (ROBINSON, 2000; MUNANGA, 2003; SCHUCMAN, 2014; ALMEIDA, 2018; DELGADO; STEFANCIC, 2021).

Compreendemos, portanto, a necessidade de se debater a ausência de discussões sobre tais temas – haja vista que o fato de não os discutir não desaparecerá com o problema existente, ao contrário, o aprofundará – que reforçam as injustiças epistêmicas e sociais e, conseqüentemente, negam e camuflam o racismo epistêmico dentro das bibliotecas, formação e atuação bibliotecárias.

Ademais, concordamos com Tami Oliphant (2021) quando infere que as novas realidades informativas – pandemia da COVID-19 e a infodemia relacionada (GARCIA; DUARTE, 2020), aumento das teorias da conspiração (REZENDE *et al.*, 2019), catástrofe climática (GUERRA, 2021), violência e brutalidade policial (RAMOS, *et al.*, 2021), etnocídio e genocídio de povos indígenas (LIMA NETO; NUNES, 2021), genocídio da população negra em todo o mundo (XAVIER, 2020), notícias falsas, desinformação, entre outras – do século 21 exigem que as pessoas e suas realidades estejam no foco das pesquisas em BCI, especialmente as pertencentes às populações colocadas em lugares de subordinação (OLIPHANT, 2021).

A partir dessa contextualização, elucidamos que este é um artigo teórico, de cunho bibliográfico e documental, que se embasa na literatura científica oriunda dos estudos do campo biblioteconômico-informacional, da Educação, Antropologia, Psicologia, Estudos Negros e Afrodiaspóricos para construir sua argumentação e elucidação de ideias. No que se refere aos recursos informacionais, foram utilizados artigos, livros e capítulos recuperados de bases de dados nacionais e internacionais, a saber: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Web of Science*, Biblioteca JSTOR e *Association for Information Science and Technology (ASIS&T) Digital Library*. A recuperação dos recursos ocorreu pelos termos de busca “epistemicídio” e “injustiça epistêmica” presentes no título, resumo e/ou palavras-chaves nos idiomas inglês e português. Os recursos foram transferidos para planilha eletrônica para posterior refinamento visando a retirada de duplicatas, traduzidos (quando necessário) e lidos na íntegra para compor a presente reflexão.

Enquanto estrutura, esta construção teórica compreende quatro seções, a saber: na primeira, a conceituação do epistemicídio de forma mais ampla; na segunda, encontra-se a reflexão sobre conhecimento, injustiças epistêmicas, epistemicídio e memoricídio no campo biblioteconômico-

informacional; na terceira seção abordamos o epistemicídio na educação bibliotecária; e, por fim, a quarta seção desloca o olhar para a diversidade epistêmica indicando quatro estratégias de como atingi-la.

## 2 CONCEITUANDO O EPISTEMICÍDIO

O epistemicídio é o termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos (1995), o qual se refere ao instrumento de subordinação, subalternização, marginalização e dominação étnico-racial imposta a grupos sociais e suas epistemologias. Essa imposição gerou o apagamento dos saberes e práticas oriundas de povos considerados “periféricos” ao padrão de poder mundial, ou seja, todo aquele que não é proveniente do Norte global (CARNEIRO, 2005).

Teorias produzidas a partir de perspectivas provenientes de países de Europa passaram a ser vistas como uma monocultura, invalidando e anulando os demais conhecimentos de povos locais, indígenas, negros e de minorias em geral, o que Boaventura de Sousa Santos chama de “morte de conhecimentos alternativos”, ou de epistemicídio (SANTOS, 2007, p. 29).

Para Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio atua por meio de ações capazes de se organizarem e se retroalimentarem para além do extermínio do conhecimento desses grupos, tratando-se de

[...] um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação do acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p. 97).

O epistemicídio, a morte, o assassinato e invisibilidade de saberes culturalmente subordinados se tornaram os principais responsáveis pelo genocídio epistêmico e literal desses povos, uma vez que busca aniquilar sua racionalidade e capacidade de se estabelecer como conhecimento relevante e verdadeiro (SANTOS, 1995; 2007; 2018; CARNEIRO 2005; SALDANHA; ALMEIDA, 2021). Essa desapropriação de saberes considerados periféricos é feita através da força opressora, que atua apagando e ocultando as epistemologias do oprimido enquanto destrói as linguagens usadas para acessar o conhecimento coletivo (PATIN *et al*, 2020).

Dessa forma, o epistemicídio atua em colaboração com a colonização, uma vez que perpetua “o extermínio do saber e dos modos de conhecer”, possibilitando que estruturas coloniais de conhecimento se fortifiquem (GROSFOGUEL, 2013, p. 74). E é a partir dessas estruturas e práticas coloniais que o epistemicídio vigora acionando a “destruição dos saberes e culturas dessas populações, de suas memórias

e vínculos ancestrais e sua forma de se relacionar com os outros e com a natureza” (SANTOS, 2016, p. 18).

A partir dessa conceituação, na próxima seção partimos para refletir sobre as injustiças epistêmicas e epistemicídio em BCI.

### 3 INJUSTIÇAS EPISTÊMICAS, *OUTSIDERS* E CONHECIMENTO EM BCI

“as ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre”  
(LORDE, 1984, p. 102).

A colonialidade se reinventa a cada dia e assume novas esferas além daquelas já conhecidas: colonialidade do poder, do ser, da natureza e do saber. Suas formas de domínio, violências e injustiças são objetos de estudos em diversas áreas do conhecimento. Presente em suas ramificações dentro do cenário nacional, a colonialidade acarreta em desafios à Biblioteconomia e Ciência da Informação contemporâneas, especialmente em relação ao enfrentamento ao racismo epistêmico<sup>4</sup> e, epistemicídio do conhecimento negro.

Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 75), sociólogo português, entende que

No domínio do conhecimento, a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão até a pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, ao passo que a violência é exercida mediante a proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, a adoção forçada de nomes cristãos, a conversão e a destruição de símbolos e lugares de culto e a prática de todo tipo de discriminação cultural e racial.

Na humanidade moderna, “a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para que a outra parte da humanidade se afirme como universal” (SANTOS, 2007, p. 76). Por manter historicamente um sistema acadêmico que reproduz as dinâmicas do racismo estrutural (BRUNO, 2019), a universidade e os canais de comunicação científica acabam por se tornar instrumentos de reprodução da lógica hegemônica racista e injusta com os conhecimentos oriundos de povos colocados em lugares de subordinação, inclusive, subordinação epistêmica.

Alvim Goldman (1999) advoga a respeito da existência de um único bem epistêmico intrínseco, o qual seria adequado chamarmos de “conhecimento”. Na epistemologia ocidental, existem elementos que

<sup>4</sup> O racismo epistêmico se encontra presente nas estruturas que hierarquizam o conhecimento produzido e o classificam como superior ou inferior dependendo de quem o produz e o pensa. A atribuição de inferioridade ao conhecimento produzido por grupos marginalizados está inter-relacionada às teorias racistas embasadas na religião e na (pseudo)ciência, que justificaram a exploração, dominação e atribuição de uma suposta baixa inteligência a pessoas negras e indígenas (BRUNO, 2019).

transformam uma crença verdadeira em conhecimento, dentre os quais, podemos elencar a justificação, relação casual ou contrafactual etc. Entretanto, na concepção de Goldman – assumindo o que denominou de epistemologia social veritística (EPV) – para ser conhecimento bastaria reconhecê-lo como uma crença verdadeira, sendo dispensáveis outras condições como a justificação. No entanto, nem toda crença verdadeira (conhecimento) seria intrinsecamente um bem valioso. Para o autor, seria preciso buscar três respostas para se considerar uma crença como algo de valor intrínseco: a) se são perguntas que o sujeito considera interessantes; b) se são perguntas que o sujeito gostaria de ter pensado nelas; c) se são perguntas que o sujeito possui interesse em respondê-las. Assim, o intuito está em valorizar as crenças verdadeiramente interessantes, segundo a concepção advinda da EPV (GOLDMAN, 1999).

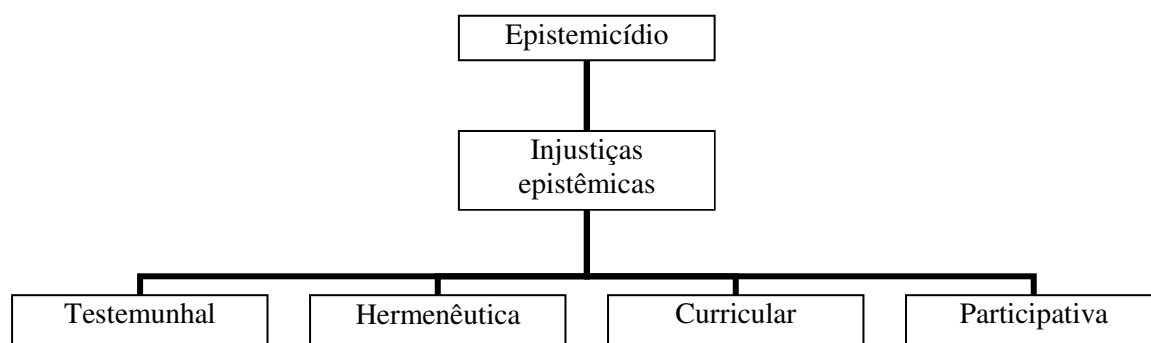
David Coady (2010) argumenta sobre os princípios que podem ser usados para determinar a justa distribuição do conhecimento. Em sua percepção, a EPV poderia ser considerada um tipo de injustiça epistêmica, pois enfoca na quantidade média de um bem fundamental (conhecimento), sem considerar a distribuição justa do mesmo; pode ser criticada ainda por ignorar a justiça na distribuição de confiança em proposições verdadeiras interessantes. Coady (2010) cita o Princípio da Diferença Epistêmica como exemplo para se referir que, tanto esse princípio quanto a EPV ignoram questões históricas sobre onde o conhecimento foi construído e como é distribuído; assim como não possuem preocupações com a propriedade intelectual do conhecimento, a violação de direitos dos detentores dessa propriedade intelectual e, quem pode produzir e ter o seu conhecimento transferido para quem desejar. Por isso, Coady (2010, p. 105, tradução nossa) assume o conceito de injustiça como “um conceito moral, bem como um conceito epistêmico. É o tipo de injustiça que ocorre quando o direito de alguém saber é violado.” No campo biblioteconômico-informacional, a agenda para a justiça social e informacional tem sido defendida como via para reparação das injustiças epistêmicas e do epistemicídio (MEHRA; ALBRIGHT; RIOUX, 2006; MEHRA, 2015).

Em BCI, podemos definir o epistemicídio como silenciar, aniquilar, silenciar, desvalorizar, expropriar um sistema de conhecimento. Ele acontece a partir da soma de diversas injustiças epistêmicas refletidas em estruturas de opressão sistemática de conhecimentos. O campo biblioteconômico-informacional perpetuou a “morte” sistemática da agência epistêmica de membros de diversos grupos étnico-raciais e sociais enquanto promoveu uma pretensa unicidade ao conhecimento hegemônico-branco-masculino-patriarcal-eurocêntrico-colonial (PATIN; YEON, 2019; PATIN, 2019; PATIN; SEBASTIAN, 2021; PATIN, *et al.*, 2020; 2021a,b).

Patin, Sebastian, Yeon, Bertolini e Grimm (2021) criaram um modelo conceitual que representa como o epistemicídio se aplica em BCI (Figura 1):



Figura 1 – Enquadramento do epistemicídio no campo biblioteconômico-informacional.



Fonte: Patin, Sebastian, Yeon, Bertolini e Grimm (2021).

Miranda Ficker (2007), em seu livro *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*, rejeita a concepção de que a injustiça epistêmica seja somente a distribuição injusta de bens epistêmicos, como informação e educação, mas, sim, que se refere também a quando alguma pessoa é questionada ou desqualificada na sua capacidade de ser conhecedora. Por isso, a injustiça epistêmica se vincula a todo dano causado que impeça uma pessoa de ser reconhecida na sua capacidade de conhecer ou ter conhecimento por conta própria (FICKER, 2007; PATIN; SEBASTIAN, 2021; PATIN, *et al.*, 2020; 2021a,b).

Dos conceitos apresentados na Figura 1, Ficker (2007) nomeia dois tipos de injustiça epistêmica: a *injustiça testemunhal* e a *injustiça hermenêutica*, onde a primeira se refere ao nível baixo de credibilidade dado por quem recebe uma informação (receptor) a quem fala (emissor) algo devido a um preconceito; e a segunda está vinculada a algo anterior à injustiça testemunhal, que é quando existe uma lacuna que impede aos sujeitos de interpretar as experiências sociais devido à falta de recursos interpretativos (FICKER, 2007; PATIN, 2019; PATIN; SEBASTIAN, 2021; PATIN, *et al.*, 2020; 2021a,b; SILVA *et al.*, 2021a).

No que concerne à *injustiça curricular*, esta se refere à falta de recursos físicos que permita fomentar o desenvolvimento epistêmico dos sujeitos e comunidades. Pode ser compreendida como um exercício de poder usado com vistas a suprimir e eliminar a elaboração de conhecimentos alternativos contra-hegemônicos via negação a uma educação que permita acesso às diversas epistemologias, disciplinas, teorias, conhecimentos e experiências. Já a *injustiça participativa* se vincula à exclusão dos sujeitos na participação no seu processo de desenvolvimento epistemológico. É, portanto, um tipo de

violência epistêmica que propaga processos de desigualdade e exclusão epistêmica em processos educacionais e profissionais (HOOKWAY, 2010; DOTSON, 2014; PATIN, 2019; PATIN; SEBASTIAN, 2021; PATIN, *et al.*, 2020; 2021a,b).

Partindo da injustiça epistêmica e suas facetas, assumimos – para além do epistemicídio – uma outra dimensão como contribuidora para a propagação do declínio das narrativas de povos negros e indígenas: o *memoricídio*. O *memoricídio* foi executado desde o momento em que os povos africanos foram trazidos para o Brasil para serem mão de obra escravizada. Entre as estratégias da colonização para apagar as identidades de povos colonizados, quando da chegada dos africanos, ou antes de embarcarem nos navios que os trariam forçadamente para o Brasil, uma ruptura identitária era acionada, na qual a pessoa africana recebia do colonizador um novo e único nome de origem cristã por meio do batismo. Além disso, era inserida em grupo de pessoas africanas diversas em línguas e culturas, evitando contato com pessoas de suas comunidades de origem (MAESTRI, 1994; MACEDO, 2013; MELEU, 2018; PALMA; TRUZI, 2018; MISSIATTO, 2021).

Com essa ruptura e apagamento identitário, a pessoa de origem africana que se “reconhecia enquanto um Ser transpessoal, identificado e identificante a partir dos inúmeros elementos ancestrais da sua terra, via-se como um alguém despersonalizado, fragmentado em sua origem, um alguém que refletia o Outro (colonizador), e não mais a si mesmo” (MISSIATTO, 2021, p. 255). Dentro dessa lógica colonial, o epistemicídio era aplicado ao destruir conhecimentos, cosmologias, visões de mundo desses povos, assim como a criação de narrativas que os inferiorizassem epistemologicamente (SANTOS, 2010; GROSGOUEL, 2016).

A partir daí, além de poucos documentos (certidões de batismo, cartas de alforria etc.) encontrados em cúrias metropolitanas, arquivos, bibliotecas pessoais, irmandades e clubes negros, coleções negras, entre outros espaços, o que se aprendeu sobre África e os povos africanos nas Américas partiu das histórias orais contadas pelos africanos a seus descendentes como um confronto às narrativas hegemônicas de inferiorização e apagamento dos saberes e trajetórias. Não podemos negar, no entanto, que a colonização fez rupturas na memória afrodiáspórica no Sul global, devido, especialmente, à propagação dos discursos hegemônicos que soterraram as raízes históricas, identidades, saberes e culturas africanas menosprezando suas contribuições ao longo dos séculos para o desenvolvimento das sociedades que hoje conhecemos. Importante destacar que essas narrativas hegemônicas de inferiorização de povos colonizados tinham (e continuam tendo) uma intenção, a qual visava justificar “a dominação, a imposição de valores culturais europeus e a reificação de mulheres e homens” (REIS, 2006, p. 14).



A insurgência negra e sua contribuição está registrada nas páginas de obras de vários teóricos dos Estudos Negros, Africanos e da Diáspora, tais como Milton Santos, Lélia González, Nilma Lino Gomes, Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro e tantos outros. Apesar disso, embora tenha aumentado em número o debate sobre a questão étnico-racial e populações colocadas às margens, na literatura biblioteconômica-informacional, há um hiato sobre as discussões de injustiça epistêmica contra as populações negras, seus efeitos e danos ao acesso à informação e na capacidade de conhecer dos sujeitos.

A marginalização sofrida por pessoas acadêmicas negras e outras de grupos étnico-raciais não-brancos no ambiente científico é enfatizada pelo conceito de acadêmicas *outsiders-within-LIS*<sup>5</sup>, trazido por Nicole A. Cooke e Vanessa L. Kitzie em seu texto *Outsiders-within-Library and Information Science: reprioritizing the marginalized in critical sociocultural work*. O tokenismo foi mencionado Cooke e Kitzie (2021) ao abordarem como, muitas vezes, acadêmicos de grupos sub-representados e marginalizados são relegados a edições especiais de periódicos científicos e a conferências temáticas sobre diversidade, inclusão, debate étnico-racial, entre outros. Muitas dessas pesquisadoras e pesquisadores são denunciados como radicais e etiquetados na categoria de “militantes” acusados de utilizarem a “cartada da raça” em seu debate científico, o que invalidaria seus argumentos, pesquisa e metodologia utilizados.

Os conhecimentos, sistemas e epistemologias são excluídos, desvalorizados, silenciados ou tornados ausentes (KILOMBA, 2020) com base na hierarquização étnico-racial atribuída aos povos, nas habilidades, no pertencimento religioso ou de gênero dos sujeitos (PATIN, 2019; PATIN; SEBASTIAN, 2021; PATIN, *et al.*, 2020; 2021a,b). No entanto, quando os temas da diversidade e questões étnico-raciais são focos de fomento e subsídios pelas agências de pesquisa, esses mesmos pesquisadores são cooptados e/ou suas ideias são apropriadas ou diluídas em termos genéricos como diversidade e inclusão pelos grupos hegemônicos, haja vista as oportunidades de geração de capital de financiamento as pesquisas (COOKE; KITZIE, 2021). Cooke e Kitzie (2021) redirecionam o olhar para a necessidade de assumirmos novos paradigmas dentro da profissão. Advogam pela existência de trabalhos significativos dentro dos paradigmas sociais, culturais e orientados para a comunidade, assim como sobre justiça social, diversidade, equidade e inclusão, os quais não costumam ser suficientemente valorizados no campo devido à estigmatização e deslegitimação das pesquisas elaboradas por e sobre esses grupos étnico-raciais.

O intuito é mover a pesquisa em BCI para sair de uma perspectiva dita tradicional (ocidental e branca) para centralizar em perspectivas de grupos colocados às margens (negros, indígenas, ciganos,

<sup>5</sup> Pode ser traduzido como “forasteiras dentro da BCI”.

ribeirinhos etc.), incorporando seus contextos sociais e estruturais, sobretudo engajando experiências e a defesa da justiça social para transformação epistêmica e política do campo e dos profissionais. Assim, concentrar-se em quem são as pessoas, seu *status* como conhecedores e seu tratamento como agentes epistêmicos pode nos permitir entender melhor as relações entre estruturas, pessoas, informação, conhecimento e saber e ação social (OLIPHANT, 2021).

### **3 EPISTEMICÍDIO DO CONHECIMENTO NEGRO NA EDUCAÇÃO BIBLIOTECÁRIA**

No campo das abordagens críticas sobre o ensino de Biblioteconomia, Francisco das Chagas de Souza (2008) chama a atenção para o fato de que a formação oferecida no Brasil pelos cursos de Biblioteconomia, até os anos 2000, possuía um caráter formador para capacitar gestores de informação, pessoal para operação de bibliotecas e para atuar no ensino superior de Biblioteconomia. Por falta de uma formação voltada para a licenciatura em Biblioteconomia, havia um impedimento na preparação de docentes para atuar no ensino médio e escolas que formariam técnicos em Biblioteconomia. Dessa forma, os cursos preparavam os profissionais visando o mercado profissional, o que apontava para uma perspectiva curricular e de carreira acadêmica voltada para uma concepção elitista. Assim, eram formados profissionais que visavam o domínio das técnicas e não ao atendimento das necessidades informacionais e interesses de leitura, lazer e informação da sociedade. Sobre isso, o autor relata que o modelo norte-americano de educação bibliotecária:

[...] foi implantado na década de trinta no Brasil e, ao ser importado, sofreu uma série de reduções que, deixando apenas a sua face tecnicista, cientificista, não recebeu no Brasil uma teorização que lhe desse a adaptação correspondente às características sócio-culturais existentes, além do que sua importação e implantação só podem ser compreendidas dentro de um enquadramento sócio-histórico existente no final do século e início deste, tanto no Brasil quanto no mundo (SOUZA, 1993, p. 17).

Um estudo com os docentes dos cursos de Biblioteconomia em Santa Catarina constatou que o processo de ensino formava bibliotecários voltados para o “servilismo econômico e coerente com o movimento tecnocrático e desestruturador que as lideranças financeiras exigem” (PIZARRO, 2017, p. 231). Assim, encontrou uma distância entre o profissional e a sociedade que só tende a crescer, visto que o modelo tecnicista de ensino trazido para o Brasil das Escolas de Biblioteconomia brancas dos Estados Unidos ainda é o que está em vigor. A autora chama a atenção ainda para o fato de que esse modelo não representa o que é necessário a um modelo brasileiro de Biblioteconomia.

Entre 2016 e 2019, Franciéle Carneiro Garcês da Silva empreendeu sua pesquisa no campo da educação em Biblioteconomia visando compreender sobre a inserção das culturas africanas e afro-

brasileiras no ensino bibliotecário, assim como a percepção docente sobre o debate étnico-racial em sua prática do ensino e projetos para justiça racial. A autora chegou à conclusão de que há:

- a) Menos de 1% de oferta de disciplinas (específicas e gerais) nos cursos de Biblioteconomia brasileiros que abordam as relações étnico-raciais na educação bibliotecária;
- b) Desconhecimento de autorias negras da Biblioteconomia e Ciência da Informação;
- c) Desconhecimento de instrumentos normativos da legislação brasileira que obrigam o ensino da história africana e afro-brasileira nas redes de ensino;
- d) Ausência de projetos (extensão, pesquisa e ensino) que abordem as culturas africanas e afro-brasileiras;
- e) Branquitude presente nos discursos docentes (SILVA, 2016, 2019a,b).

Em seus estudos, Erinaldo Dias Valério e colaboradores advogam pelo ensino em Biblioteconomia voltado para pensar uma educação antirracista, a qual deve instruir discentes, docentes, pesquisadoras e profissionais para a pluralidade racial (VALÉRIO; SILVA, 2017). Valério e Campos (2019) argumentam sobre a importância de se trabalhar as relações étnico-raciais em ementas e programas de cursos de formação bibliotecária com o intuito de dirimir desigualdades sociais, assim como oportunizar “a visibilidade e a representatividade da população negra, ainda em constante luta contra o racismo” (VALÉRIO; CAMPOS, 2019, p. 124)

No que se refere ao epistemicídio do conhecimento negro, esse também se manifesta nas referências estudadas ao longo do processo formativo. O epistemicídio faz parte da educação bibliotecária brasileira, pois houve uma escolha pelo modelo branco de Biblioteconomia estadunidense no ensino, epistemologias, conceitos e teorias. Desde o século XX já havia a *Black Librarianship* e a Bibliografia Negra unidas à luta do movimento por direitos civis para reivindicar a formação em biblioteconomia para pessoas negras, a construção e acesso às bibliotecas e universidades, a criação de coleções com recursos informacionais que retratassem a experiência negra e afrodiaspórica ao longo dos séculos, dentre outros (SILVA, 2019a; SILVA, *et al.*, 2021b). No entanto, ambas vertentes foram ignoradas na formação bibliotecária até os dias atuais.

No artigo “*Territorialização de um Epistemicídio: autoras/es brasileiras/os referenciadas/os nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil*”, Almeida, Alves e Silva (2021) analisaram as ementas das disciplinas de Fundamentos Teóricos e Epistemológicos da Ciência da Informação em 16 programas de pós-graduação em Ciência da Informação e as referências citadas nos planos de ensino das mesmas. No levantamento, 75% das referências eram os autores e autoras estrangeiros, enquanto 25% eram nacionais. Para esse primeiro resultado, a explicação das pessoas

autoras está na influência das perspectivas teóricas do norte global, assim como a suposta subalternidade atribuída à produção de autoria nacional. No que concerne às pessoas mais referenciadas, existe uma elite de teóricos do campo informacional composta, principalmente, por Carlos Alberto Araújo, Lena Vania Ribeiro Pinheiro, Hilton Japiassu e Marta Ligia Pomim Valentim, todos lidos como pessoas de pertencimento étnico-racial branco. Na pesquisa de Almeida, Alves e Silva (2021) somente a Miriam Albuquerque de Aquino é lida como uma pesquisadora negra.

Ao longo deste texto, fomos dialogicamente buscando construir o entendimento de que o epistemicídio está presente em diversas esferas de nossa construção teórica enquanto sujeitos epistêmicos, seja na biblioteca, na escola, na universidade, na reflexão filosófica, no fazer científico, nos métodos, técnicas e instrumentos metodológicos adotados, na educação bibliotecária, nos referenciais teóricos estudados e citados, e no pensamento cotidiano. Desse modo, a todo momento as populações historicamente marginalizadas têm seus saberes e conhecimentos invisibilizados, rechaçados, exterminados, rivalizados, para que a construção de conhecimento e formação profissional em BCI sob um viés hegemônico se mantenha.

Por isso, entendemos como importante o combate do epistemicídio, da opressão epistêmica (DOTSON, 2014), violência epistêmica (SPIVAK, 1988) e injustiças epistêmicas (FICKER, 2007) que os povos negros (e outros grupos étnico-raciais) sofrem nas diversas esferas da vida, sobretudo, no campo biblioteconômico-informacional. Para tanto, na próxima seção, iremos “engajar as margens” com vistas a indicar opções de reparação epistêmica nas duas esferas aqui mencionadas: epistêmica e educacional.

#### **4 ENGAJANDO AS MARGENS: DIVERSIDADE EPISTÊMICA COMO VIA DE REPARAÇÃO**

Pensando numa perspectiva que promova a justiça ao conhecimento produzido por pessoas negras (e outras pertencentes a grupos historicamente invisibilizados), o agenciamento do conceito de diversidade epistêmica pode ser considerado, haja vista que o ensino-aprendizagem para a construção de habilidades intelectuais e o desenvolvimento do pensamento crítico. Advogamos pela diversidade epistêmica como via de reparação, pois coloca em foco problemas históricos e socioculturais ainda não resolvidos nas sociedades contemporâneas e que, infelizmente, ainda carecem de muita discussão, debate, reflexão e sensibilização – pela indignação, porém, sem perder a esperança no advir (CASTELLS, 2013) e evidenciando a ecologia de saberes existentes (SANTOS, 2007). Por isso é que se justifica a relevância da temática diversidade epistêmica como conteúdo de abordagem que deve estar incluído de maneira central da educação básica até os programas de cursos das universidades públicas e privadas. Tal

relevância se dá pelo que elas representam institucionalmente não somente para a dinâmica e potencialidade da produção técnica, tecnológica e material, mas também – e principalmente – pelo que constitui como *locus* do processo de transmissão e reflexão crítica dos valores morais, princípios éticos e padrões culturais normativos que permeiam a trama das relações sociais e simbólicas da convivência humana.

Iniciando pela educação em BCI, para agenciarmos um currículo que abarque a diversidade epistêmica do conhecimento negro e combata as injustiças epistêmicas e o epistemicídio, podemos iniciar por quatro estratégias, a saber:

- a) **Afroperspectividade:** unindo o Quilombismo, de Abdias Nascimento, a Afrocentricidade, de Molefi Asante, e o Perspectivismo Ameríndio, de Eduardo Viveiros de Castro, a afroperspectividade é um contexto filosófico ou “abordagem polirracional”<sup>6</sup> que permite decolonizar o currículo, via abordagem construção de conhecimentos a partir de vários territórios epistêmicos (NASCIMENTO, 1980; RAMOSE, 2011; NOGUERA, 2014, 2019; NOGUERA; DUARTE; RIBEIRO, 2019);
- b) **Educação Bibliotecária Antirracista, Decolonial e Intercultural:** assumir uma atuação docente que promova o debate e reflexão sobre relações étnico-raciais, justiça social e suas dimensões (justiça racial, justiça informacional, justiça de gênero e justiça da natureza), educação intercultural, e outros temas, sempre evocando referenciais teóricos corporal, geopolítico e epistemologicamente situados, com vistas à conscientização de estudantes, docentes, profissionais para a importância do debate antirracista, decolonial e intercultural;
- c) **Cursos de atualização de profissionais graduados(as):** realizar cursos específicos para o público de profissionais bibliotecários(as) já graduados(as), que proponha o diálogo entre as experiências profissionais cotidianas com a discussão teórica sobre epistemicídio e injustiças epistêmicas, especialmente no que concerne à elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções e oferecimentos de serviços e produtos para populações negras e outros grupos étnico-raciais em situação de vulnerabilidades informacionais;
- d) **Promoção de experiências didático-pedagógicas com Mestres e Mestras do saber ancestral-tradicional:** realizar encontros, eventos, formações e cursos que permitam o contato

<sup>6</sup> Conforme Renato Noguera (2019, p. 54), o termo polirracional advém do filósofo Dismas Masolo (2010) e se refere a uma “perspectiva de que a razão humana é plural, composta de “sistemas” variados e multidimensionais de racionalidades. Por exemplo, em algumas culturas, a racionalidade percebe o tempo como um fluxo contínuo no sentido do futuro. Em outras, a racionalidade compreende que o tempo presente interfere no passado, tal como na cosmovisão ioruba”. Esse conceito é uma contranarrativa à categoria “monorracional” que assume a ideia de razão humana como monolítica, com percepção unitária e exclusivista.

com abordagens das práticas e os saberes tradicionais, ministradas exclusivamente por Mestras e Mestres detentores dessas experiências e do conhecimento ancestral: quilombolas, indígenas, capoeiras, reinadores/congadeiras, entre outros sujeitos afins.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo possibilitou a reflexão sobre o epistemicídio e como é agenciado na construção epistêmica e formação bibliotecária. Abordamos as injustiças epistêmicas e suas esferas – injustiça testemunhal, injustiça hermenêutica, injustiça curricular, injustiça participativa – e como essas operam na promoção do epistemicídio e memoricídio do conhecimento negro em BCI.

Via promoção da diversidade epistêmica, advogamos pela descentralização desse paradigma epistemicida para evocar a pluralidade de saberes e conhecimentos de teóricos e teóricas oriundas da academia e também dos mestres e mestras dos saberes tradicionais. Evocamos a abordagem da (i) Afroperspectividade, (ii) a Educação Bibliotecária Antirracista, Decolonial e Intercultural, (iii) os cursos de atualização de profissionais graduados(as) e (iv) promoção de experiências didático-pedagógicas com Mestres e Mestras do saber ancestral-tradicional como estratégias que visem a valorização do conhecimento negro e de outros grupos.

É de nosso interesse que os saberes que sempre estiveram às margens sejam inseridos no pensamento, educação e prática bibliotecárias para que, enfim, possamos assumir com orgulho na pluralidade que nos habita e constrói. Como pesquisas futuras, seguimos agora para dialogar sobre os traumas coloniais e microagressões presentes na biblioteca e prática bibliotecária e as formas de combatê-los.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001 que proporcionou bolsas de pesquisa de doutorado às pessoas autoras. Agradecemos à(s) pessoa(s) avaliadora(s) que contribuíram para o aprofundamento do presente artigo.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte. Ed. Letramento, Justificando, 2018.
- ALMEIDA, Vitória Gomes; ALVES, Ermerson Nathan Pereira; SILVA, Dávila Maria Feitosa da. Territorialização de um epistemicídio: autoras/es brasileiras/os referenciadas/os nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. **Revista Folha de Rosto**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 9-27, 2021. DOI: 10.46902/2021n1p9-27
- BRUNO, Jessica Santana. Racismo epistêmico, tensionamentos e desafios à universidade. **Revista Nós: cultura, estética e linguagens**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 40-70, 2019.
- CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca: mediação da informação para a construção da identidade negra**. Curitiba: CRV, 2015. 114 p.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.
- COADY, David. Two Concepts of Epistemic Injustice. **Episteme**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 101-113, 2010. DOI: 10.3366/E1742360010000845
- COOKE, Nicole A.; KITZIE, Vanessa L. Outsiders-within-Library and Information Science: reprioritizing the marginalized in critical sociocultural work. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 72, n. 10, p. 1285-1294, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.24449>
- DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Teoria Crítica da Raça: uma introdução**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.
- DOTSON, Kristie. Tracking epistemic violence, tracking practices of silencing. **Hypatia**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 236-257, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2011.01177.x>
- FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice: power & the ethics of knowing**. Oxford, England: Oxford University Press, 2007.
- GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 1-4, 2020. DOI: 10.1590/s1679-49742020000400019
- GOLDMAN, Alvin I. **Knowledge in a Social World**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- GONÇALVES, Robson de Andrade; MUCHERONI, Marcos Luiz. O que é epistemicídio? uma introdução ao conceito para a área da ciência da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5759, nov. 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i1.5759
- GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100003
- GUERRA, Sidney. As mudanças climáticas como catástrofe global e o refugiado ambiental. **Revista Estudos Institucionais**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 537-559, mai./ago. 2021. DOI: 10.21783/rei.v7i2.641
- HOOKEYWAY, Christopher. Some varieties of epistemic injustice: Reflections on Fricker. **Episteme**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 151-163, 2010. DOI: <https://doi.org/10.3366/E1742360010000882>
- KILOMBA, Grada. Fanon, existência, ausência: Prefácio. In: FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

- LIMA NETO, Valdivino José de.; NUNES, Ticiane Rodrigues. Do etnocídio à etnogênese: os atuais povos originários do Ceará. **EnPe: ensino em perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1-7, 2021.
- LORDE, Audre. The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House. *In*: LORDE, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 110-113.
- MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MAESTRI, Mário. **O escravismo no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1994.
- MELEU, Suélen Martins. **O português da escravidão**. 2018. 102 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- MEHRA, Bharat; ALBRIGHT, Kendra S.; RIOUX, Kevin. A practical framework for social justice research in the information professions. **ASIS&T: Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 43, n. 1, p 1-10, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1002/meet.14504301275>
- MEHRA, Bharat. Introduction: Social Justice in Library and Information Science & Services. **Library Trends**, [s.l.], v. 64, n. 2, p. 179-197, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/610075> Acesso em: 20 jul. 2021.
- MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. **Revista Memória em Rede**, [s.l.], v. 13, n. 24, p. 252-273, 2021.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. [Artigo on-line]. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB-RJ, 3., 2003. Rio de Janeiro. **Palestra [...]**, Rio de Janeiro: UFF, 2003.
- NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980
- NOGUERA, Renato. **Ensino de Filosofia e Lei 10639**. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação Biblioteca Nacional, 2014.
- NOGUERA, Renato. Infância em afroperspectiva: articulações entre sankofa, ndaw e terrixistir. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, [s.l.], n. 31, p. 53-70, mai.-out./2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi30.28256>
- NOGUERA, Renato; DUARTE, Valter; RIBEIRO, Marcelo dos Santos. Afroperspectividade no ensino de filosofia: possibilidades da Lei 10.639/03 diante do desinteresse e do racismo epistêmico. **O que nos faz pensar**, [s.l.], v. 28, n. 45, p. 434-451, dec. 2019.
- OLIPHANT, Tami. Emerging (information) realities and epistemic injustice. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 72, n. 8, p. 951-962, aug. 2021. DOI: [10.1002/asi.24461](https://doi.org/10.1002/asi.24461)
- PATIN, Beth. **Ending Epistemicide: Amplifying Knowledge Systems in Academia**. Syracuse NY: SU Inclusive Teaching Workshop, Syracuse University, August, 2019.
- PATIN, Beth; SEBASTIAN, Melinda; YEON, Jieun; BERTOLINI, Danielle. Toward epistemic justice: an approach for conceptualizing epistemicide in the information professions. **ASIS&T: Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 57, n. 1, e242, 2020. DOI: [https://doi.org/https://doi.org/10.1002/pra2.242](https://doi.org/10.1002/pra2.242)
- PATIN, Beth; SEBASTIAN, Melinda. Ep-i-what? Using The Force to Understand Epistemicide. **Information Matters**, [s.l.], v. 1, n. 11, [s.p.], 2021. <https://informationmatters.org/2021/11/ep-i-what-using-the-force-to-understand-epistemicide/>

- PATIN, Beth; SEBASTIAN, Melinda; YEON, Jieun; Bertolini, Danielle; GRIMM, Alexandra. Interrupting epistemicide: a practical framework for naming, identifying, and ending epistemic injustice in the information professions. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 72, n. 10, p. 1306-1318, 2021a. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.24479>
- PATIN, Beth; OLIPHANT, Tami; ALLARD, Danielle; GRAY, LaVerne; CLARKE, Rachel Ivy; TACHEVA, Jasmina; LARSON, Kayla. At the margins of epistemology: amplifying alternative ways of knowing in Library and Information Science. **ASIS&T: Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 58, n. 1, p. 630-633, 2021b.
- PIZARRO, Daniella Camara. **Entre o saber-fazer e o saber-agir: o que professam os docentes de biblioteconomia em Santa Catarina**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2017.
- PALMA, Rogério da; TRUZZI, Oswaldo. Renomear para recomeçar: lógicas onomásticas no Pós-abolição. **Dados**, [s.l.], v. 61, n. 02, p. 311-340, 2018. DOI: 10.1590/001152582018154
- RAMOS, Silvia, *et al.* **Pele alvo: cor da violência policial**. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.
- RAMOSE, Mogobe. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. **Ensaaios Filosóficos**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 06-25, out. 2011. Disponível em: [http://www.ensaaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE\\_MB.pdf](http://www.ensaaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf) Acesso em: 10 jun. 2021.
- REIS, Liana Maria. Africanos no Brasil: saberes trazidos e ressignificações culturais. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 8, n. 10, p. 11-23, 2006.
- REZENDE, Alessandro T.; SILVA, Flávia Marcelly S. M.; RIBEIRO, Maria Gabriela C.; LOURETO, Gleidson Diego; SILVA NETA, Olindina Fernandes da; GOUVEIA, Valdiney Veloso. Teorias da conspiração: significados em contexto brasileiro. **Psicologia Social e Organizacional**, Campinas, v. 36, e180010, p. 1-12, 2019. DOI: 10.1590/1982-0275201936e180010
- ROBINSON, Cedric J. Racial capitalism: the nonobjective character of capitalism development. In: ROBINSON, Cedric J. **Black Marxism: the Making of the Black Radical Tradition**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.
- SALDANHA, Gustavo S.; ALMEIDA, Tatiana. Tópoi, tropos, loci e a teoria da cultura contra o epistemicídio: diálogos com Antonio García Gutiérrez. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/193105>. Acesso em: 16 jun. 2022.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e político na pós modernidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. 532 p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias del Sur**. Mexico: Siglo XXI, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologies of the South and the future. **From the European South: a transdisciplinary journal of postcolonial humanities**, n. 1, p. 17-29, 2016. DOI: 10.2979/indjglolegstu.21.2.395.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido o branco e o branquíssimo**: branquitude hierarquia e poder na Cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014a. 191 p.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 26, n.1, p. 83-94, 2014b.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **A Inserção da Temática Africana e Afro-Brasileira no Ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina**. 2016. Monografia (Bacharel em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; PIZARRO, Daniella Câmara; SALDANHA, Gustavo Silva. As temáticas africana e afro-brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 10, n. 2, 2017.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Representações Sociais acerca das Culturas Africana e Afro-Brasileira na Educação em Biblioteconomia no Brasil**. 2019. 521 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019a.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **A inserção das temáticas africana e afro-brasileira e o ensino de Biblioteconomia**: avaliação em Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online)*, v. 15, p. 144-182, 2019b.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na biblioteconomia: reflexões necessárias. *In*: DUQUE-CARDONA, Natalia; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Epistemologias Latino-americanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha; Nyota, 2020.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ/ANCIB, 2021a. p. 1-16.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; ARAUJO, Diná M. Pereira; VIEIRA, Gabriel M. A contribuição de pessoas bibliófilas e bibliógrafas negras dos séculos XIX e XX para construção de uma bibliografia negra. *In*: A ARTE DA BIBLIOGRAFIA: BIBLIOGRAFIA E JUSTIÇA SOCIAL, 8., 2021, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2021b. p. 1-8.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Ensino de Biblioteconomia no Brasil: o modelo norte-americano. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.3, n.1, p.16-19, jan./dez. 1993.

SOUZA, Francisco das Chagas de. O ensino de biblioteconomia no brasil: questões acerca do modelo deweyano. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 1-5, 1997.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? *In*: NELSON, Cary; Grossberg, Lawrence. (ed.). **Marxism and the interpretation of culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Competência informacional para uma formação bibliotecária antirracista. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 321-332, 2019.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; SILVA, Dávila Maria Feitosa da. Discutindo as relações raciais: os trabalhos de conclusão de curso em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri–UFCA. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 4, p. 132-145, 2017.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Educação antirracista no ensino da biblioteconomia. **Revista Folha de Rosto**, [s.l.], v. 5, n. Especial, p. 118-126, 2019.

XAVIER, Lúcia. Racismo: criminalização e genocídio da população negra. Quando vamos começar a respirar? **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 18 – 37, 2020.

## **Knowledge of the margins:**

### **from epistemic injustice to the valorization of black knowledge in Librarianship and Information Science**

**Abstract:** This article starts from the following question: How is the epistemicide of black knowledge operated in the librarian epistemic and educational sphere? The objective is to approach the construction of the epistemicide of black knowledge in Librarianship and Information Science (LIS), especially in the epistemic sphere and librarian teaching. It starts from this approach to highlight strategies that promote epistemic diversity in the aforementioned spheres. This is a theoretical study, of a bibliographic and documentary nature, built on informational resources present in the scientific literature of the librarianship-informational field and other areas of knowledge. The theoretical foundation is structured by articulating concepts such as epistemicide, epistemic injustices and knowledge in BCI. Finally, the study presents four strategies for promoting epistemic diversity in the library-informational field.

**Keywords:** Epistemic injustice; Epistemicide; Epistemic Diversity; Epistemology; Librarian education.